

O r elatório do gener al Meir a Mattos em 1968: a educação super ior e repressão ao movimento estudantil no Brasil.

Machado, Otávio Luiz.

Cita:

Machado, Otávio Luiz. (2006). *O r elatório do gener al Meir a Mattos em 1968: a educação super ior e repressão ao movimento estudantil no Brasil*. Revista eletrônica Cadernos de História, 1 (2), 1-21.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/otavioluizmachado/14>

ARK: <https://n2t.net/ark:/13683/pezx/KbR>

O relatório do general Meira Mattos em 1968: a educação superior e repressão ao movimento estudantil no Brasil ¹

Otávio Luiz Machado²
Mestrando em Sociologia pelo PPGS/UFPE
otaviomachado3@yahoo.com.br

Apresentação

No desenvolvimento de um projeto de pesquisa sobre a repressão ao movimento estudantil pelo Estado após o golpe de 1964, deparamo-nos com o nome do General Carlos de Meira Mattos. A leitura da documentação em torno da comissão³ presidida pelo mesmo, que esteve trabalhando no período entre 11 de janeiro a 08 de abril de 1968, o que resultou no chamado Relatório da Comissão Meira Mattos, somado à possibilidade de entrevistar o próprio presidente dos importantes trabalhos, animaram-nos a ir ao Rio de Janeiro no final do ano de 2003.

Numa tarde ensolarada fomos gentilmente recebidos pelo general em sua própria casa, no bairro da Urca. A entrevista foi feita numa sala repleta de medalhas e quadros que tratam de sua vida militar. E numa conversa por cerca de três horas, na qual o depoente nos deixou tranquilos para fazermos o nosso trabalho, o que mais nos chamou a atenção foi a sua disposição em responder todas as questões sem receios, interrupções ou com a utilização de relatos em off. Após a transcrição, pouco tempo depois, repassamos ao general, que fez pouquíssimas revisões e cortes.

¹ Entrevista concedida no dia 19/12/2003, no Rio de Janeiro.

² Pesquisador-associado do Grupo de Pesquisa da FAE/UFMG, OSFE " Observatório Sociológico Família e Escola: trajetórias e práticas de Escolarização". Bolsista da CAPES e membro do Grupo de Pesquisa Educação e Sociedade da UFPE.

³ Uma importante obra sobre a Comissão Meira Mattos é: Maria de Lourdes de FÁVERO (1991), **Da universidade 'modernizada' à universidade disciplinada: Atcon e Meira Mattos**. São Paulo: Cortez/Autores Associados.

O que pretendíamos compreender naquele momento estava relacionado com os objetivos desta Comissão que o general presidiu, a sua visão sobre a educação superior nos anos 1960 e a repressão ao movimento estudantil.

Carlos da Meira Mattos nasceu na cidade de São Carlos-SP, no dia 23 de Julho de 1913. Além de escritor e general da reserva, ainda escreve artigos periódicos para a Folha de S. Paulo. Estudou na Escola Militar do Realengo, quando se ausentou por um período para participar como capitão da Força Expedicionária Brasileira (FEB). Na volta, formou-se na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército e fez curso na Escola Superior de Guerra (ESG), além de tornar professor desta instituição. É autor de diversos artigos e livros, os quais destacamos Bandeiras Históricas do Brasil”, “Projeção Mundial do Brasil”, “Operações na Guerra Revolucionária”, (1966), “A Geopolítica e as Projeções de Poder”, “Brasil—Geopolítica e Destino”, “A Geopolítica e a Teoria de Fronteiras” (1990) e vários outros.

Em 1968, a convite do Presidente da República, montou e coordenou uma comissão encarregada de estudar e propor soluções para o bloqueio das atividades do movimento estudantil. No seu relatório, além de propor questões de encaminhamento da questão, ainda fez análises sobre a situação da Universidade no Brasil.

OTÁVIO LUIZ MACHADO: o senhor foi professor da Escola Superior de Guerra?

CARLOS DE MEIRA MATTOS: eu tenho na minha vida militar duas linhas principais de atividades: uma linha é a linha de comando. A outra linha é a linha de ensino. Eu já fui tenente e instrutor da Escola Militar do Realengo. Um instrutor que nós usamos no Exército para o professor de assuntos técnicos-militares. Mas lá na Escola Militar nós temos instrutores e professores. O professor é o professor de história, geografia. O instrutor está na parte operacional. Eu fui instrutor da Escola Militar do Realengo. Depois eu voltei a ser instrutor da Academia Militar das Agulhas Negras. E foi para onde a escola de Realengo se transferiu, mudou-se para o novo quartel em Resende. E depois fui comandante da Academia Militar das Agulhas Negras. E fui instrutor da Escola de Comando do Estado-Maior durante duas vezes. Eu fui professor de geopolítica da Escola Superior de Guerra, da Escola Naval de Guerra, a Escola Naval. E também da Escola do Estado Maior da Aeronáutica. De modo que eu tenho uma parte muito grande da minha

vida na parte da educação. Tudo isso talvez me tenha levado a presidir uma comissão criada pelo Governo no ano de 1968 para fazer um estudo sobre a crise da educação no Brasil. Esse estudo resultou num relatório, relatório esse que foi publicado e está em vários livros de vários educadores.

A Comissão que o senhor presidiu foi criada para analisar a crise da educação. Mas a crise da educação que se falava era uma crise recente ou uma crise antiga?

A crise recente era aguda. Mas a crise era antiga. A crise recente era aguda, pois foi num período que houve muita agitação ideológica. Os estudantes estavam muito rebeldes. Havia um problema muito sério na educação da época, que era o problema do excedente. Muita gente que fazia o vestibular aprovado, mas não havia vaga. No ano de 1963, o número de estudantes acadêmicos no Brasil era pouco mais de 100 mil, compreendeu? E o que havia de excedente era uma coisa incrível. Não havia vagas. E o pessoal ficava inquieto, fazia perturbação da ordem e lutava por vagas. E isto era acompanhado de greves. O problema foi muito tumultuado. A Comissão foi justamente para analisar as causas desta crise. E não propriamente o conteúdo do ensino. E essas causas que eu coloquei no meu relatório compreendem treze pontos. E esses doze ou treze pontos quase todos através dos tempos foram resolvidos. Agora, durante os governos militares a população acadêmica passou de cerca de 100 mil para um milhão.

Era um problema do governo militar a educação?

Na época do governo presidido por militares, a educação cresceu muito em quantidade. Que era uma exigência, porque a população tinha crescido muito e havia uma inquietação neste sentido. Não sei se em qualidade, compreendeu? Não sei se cresceu em qualidade; em qualidade nos estamos vivendo uma crise até hoje. A qualidade da educação é muito fraca. Eu tenho tido contato com pessoas com o curso secundário completo de escolas no interior do Brasil. O conhecimento deles não chega ao quarto ano primário, vamos dizer assim. Escrevem mal, tem um português péssimo, sabem muito pouco de matemática. De modo que a qualidade da educação é muito ruim. Ainda muito ruim. Eu pergunto para os rapazes: “o que você já estudou?”. E eles: “eu já terminei o curso médio”. Aí eu mando ele escrever. E ele vem com umas garatuchas. De modo que isso é mais grave pelo interior do Brasil afora. Ultimamente houve um esforço muito grande de melhorar a qualidade do

ensino na universidade, exigindo em cada universidade um professorado qualificado, com mestrado e doutorado. Não havia isso. Mas na parte do ensino médio e no ensino fundamental, continua muito fraca a qualidade do ensino.

A universidade era uma questão de ordem do governo dos militares, porque a universidade estava muito aquém do esperado, contribuía muito pouco para a sociedade naquele período?

Foi justamente nesta época que começou o programa da universidade de se integrar na sociedade local. Antes disto não se pensava. Foi aí que começou. A universidade começou a ter a integração com a sociedade da localidade. Então, o professor atendia um determinado problema social dos alunos. Atendia um determinado problema assistencial. Havia um programa assistencial. Foi aí que começou. Antes disto não havia. Começou também o programa universidade-empresa. Então, havia universidades que começaram na época dos governos militares, a universidade ligada à sociedade da localidade e a universidade-empresa. Estes dois programas começaram aí.

Outra questão colocada no Relatório seriam os privilégios dentro da universidade? O ponto seria o de que alguns alunos pagavam e outros não pagavam?

Esse problema continua até hoje. No meu relatório eu propunha que se acabasse com a universidade pública. Ela seria sempre uma fundação. E na fundação, o governo teria bolsistas. Então, vamos admitir hoje que existam trezentos mil estudantes nas universidades públicas. Com esse novo programa o governo teria trezentos mil bolsistas em fundações, porque a universidade pública na época ela era ineficiente. Na época, ela vivia muitos de privilégios, e aqueles privilégios se transformavam num vício. Agora, na universidade particular, não. Com a necessidade de lucro, vamos dizer, de não quebrar, ela mantinha um nível ativo de melhor qualidade de ensino, de uma melhor qualidade de professor, mais autoridade (com ênfase) sobre os professores e mais autoridade sobre os alunos que pagavam. Então, eu, na época, me lembrei em acabar com a universidade pública e em transformar tudo em fundação sem prejudicar o estudante pobre, pois todo estudante que não pudesse pagar ele seria bolsista. Essa solução na época, nós fizemos um cálculo, que seria muito mais barata para o governo, porque ele não manteria a universidade, mas ele manteria alunos.

Acabaria o que era para os senhores a situação do ensino público paternalista e discriminatório?

Paternalista. Exatamente. Ela manteria alunos. Então, em todas as universidades haveria alunos pagantes e alunos bolsistas. Agora, ninguém precisava saber disto. Entre os alunos ninguém precisava saber quem era pagante e quem era bolsista. Só se tratava com a direção da fundação.

E aí enxugaria as despesas e aumentaria o número de alunos?

Exatamente. Enxugaria muito a despesa de administração, porque a administração na época das universidades públicas era muito relaxada, e como tal, havia muito desperdício que não resultava em benefício do ensino.

Mas não era o governo que nomeava o Reitor?

Eu não me lembro. Depois criou-se o tal problema das listas tríplexes ou quántupla etc.

E eleições dentro das Universidades?

Eleições etc. Houve muita confusão na época por interesses políticos e ideológicos, e não do ensino. Havia uma pressão para que as universidades fossem autônomas. E nessa autonomia toda a vida da universidade seria decidida por um conselho. E neste conselho participariam funcionários. Na universidade o que o funcionário pode resolver em termos de ensino? A universidade é ensino. É qualidade de ensino. Quer dizer, é uma idéia no meu ponto de vista, esdrúxula. Idéia de politizar e não de melhorar o ensino.

E neste período começou os movimentos de luta armada, inclusive recrutando membros da universidade?

Isto não atingiu muito a universidade. Isto foram estes grupos minoritários radicais, compreendeu? Pode ter levado o estudante, mas não atingiu as entidades estudantis, que embora muito politizadas, elas nunca entraram em luta armada. Havia grupos minoritários organizados em partidos. Estes grupos sim. E abrigavam estudantes, mas não era do

movimento estudantil. Era do movimento político de entidades radicais de linha de esquerda.

Parece-me que o senhor havia falado que o fechamento da UNE não foi tão necessário?

Eu não sei. Você sabe que a UNE foi fechada porque a UNE se envolveu demais na politização da Universidade. Não foi na minha época em que foi fechada. Na minha época eu estava na comissão do Ministério da Educação. Mas o governo da época julgou que ela devesse continuar fechada no sentido que colocar a finalidade da universidade no seu rumo certo. Você não funciona uma universidade se o professor não for competente, se o professor não tiver autoridade, se o aluno não for compenetrado, se ele não estudar. Se o estudante estiver lá para fazer política, se o professor estiver lá para fazer política, afinal de contas não é para isso que nós temos universidade?

Em relação ao pagamento da universidade, ou seja, o fim da gratuidade, foi aceito na época por parte do governo e por setores do governo?

Mas não houve o fim da gratuidade. E continuou a gratuidade até hoje. A minha idéia era transformar o apoio do governo ao ensino em bolsistas em universidades que não seriam públicas. Então seriam fundações. A fundação é uma universidade particular, mas que tem um certo limite de atuação. Então, nestas fundações o governo teria mil bolsistas, dois mil bolsistas, três mil bolsistas, mas a fundação se administra por si mesma. Ela tem uma administração própria.

O aluno não pagaria?

O governo pagaria para o aluno que não tem recursos. Agora, quem tem recursos, paga. Então, você apóia uma universidade, como a PUC, por exemplo. Na PUC você teria entre dois mil universitários e vamos dizer que mil seriam pagantes e mil seriam bolsistas. Quem seriam os bolsistas? Seriam aqueles que deveriam estar em universidades públicas não pagas. Então, o sistema seria outro. Seria um sistema de fundação. Mas isso não foi feito até hoje, porque há certas medidas que são que nem todos acham que devem ser feitas.

Mas para você na realidade praticar você tem que desmanchar tanta coisa que esta apoiada em leis, que está sustentada juridicamente e que você não consegue fazer.

Mas o relatório do senhor foi muito aproveitado na lei da Reforma Universitária?

Foi. Foi aproveitado.

O senhor pensa que houve um avanço a partir deste momento na universidade?

Eu acho que houve. Por exemplo, você está vendo hoje que a universidade está calma. Há quantos anos que a universidade está calma? A universidade vivia tumultuada em greve. Uma greve atrás da outra. O ano de ensino na universidade não chegava a cinco meses. Era greve sobre greve. Quando não era greve de professor era greve de aluno. E quando não era greve de aluno era greve de funcionário. Greve de funcionário também era greve de parar, também. Então, era uma coisa ou outra. Então, há muitos anos que você não vê mais isso. A paralisação do ensino por greve hoje é uma exceção. E era regra. Então, eu acho que modificou demais. Você lá em Minas há quanto tempo não há greve estudantil?

De estudante eu acho que uns 18 anos. A última grande greve foi em 1983.

Nos idos de 63 e 64 era permanente este troço. A universidade estava completamente politizada. E na universidade politizada o objetivo que sempre era o ensino não se cumpre.

Mas a universidade era o foco de agitação contra o governo?

Toda a agitação é contra o governo. Os mesmos agitadores quando eles vão para o governo eles são contra a agitação, porque com a agitação eles não podem governar. Não há agitação que não seja contra o governo.

A gente está vendo aí hoje?

Você esta vendo aí quantas autoridades hoje que apoiavam o movimento sem-terra e hoje fazem o possível para conter o movimento dos sem-terra. Entende que para governar você

precisa da ordem. Mas em geral, não é particular aí de governo ou daquele governo, mas governo quer governar. E quem quer governar não pode governar num clima de agitação.

O senhor achava que as reivindicações dos estudantes para a melhoria da universidade eram justas?

Eram justas. Mas estas reivindicações nessa época eram um pretexto. Na realidade eles apresentavam isso para dar uma certa validade, mas o problema era a agitação política mesmo. Uma agitação que foi feita, por exemplo, foi a agitação de aumentar o número de universidades em virtude da demanda com o crescimento da demanda. A população do Brasil cresceu demais. Então, houve o chamado problema do excedente. Na época se chamava o problema do excedente. Esse problema foi um problema grave. Agitou o meio estudantil

E a figura do professor catedrático? Era algo questionado?

A figura do professor catedrático se tornou em termo geral, eu não vou falar no particular, porque há professores catedráticos ilustres e altamente competentes, mas no geral a pessoa pegava o título de professor catedrático e não se interessava mais. Vivia do título de professor catedrático. Muitos bons professores catedráticos continuavam dando aulas ou dirigindo o ensino. Com o título de catedrático ele se sentia livre de qualquer tipo de obrigação. Então, isso se tornou um vício, também.

E a questão dos conselhos que o senhor falou. Aí se criou departamentos nas escolas, numa estrutura...

... a estrutura do Ministério da Educação era muito inadequada. Então, uma das coisas que eu analisei no relatório foi a má estrutura do Ministério da Educação, porque você para realizar uma atividade importante como o ensino, você precisa de uma estrutura racional. E muito racional que atenda realmente as necessidades de ensino. Então, essa estrutura era completamente falha. Uma das coisas que eu analisei e que foi corrigida.

Houve contribuição das universidades para a comissão?

Houve. A comissão teve dois professores de faculdade. Um professor era diretor da Universidade de Distrito da Federal do Rio de Janeiro. E o outro era chefe de ensino do Ministério da Educação. Teve dois professores. Nós ouvimos uma infinidade de professores membros do Conselho de Educação. Fizemos uma centena de entrevistas.

Inclusive com estudantes?

Também com estudantes

Mas no Rio de Janeiro ou em outros lugares?

Não deu. Esta comissão não durou três meses. E um prazo.... nós fizemos tudo aqui no Rio de Janeiro. Nós convocamos umas pessoas fora. Mas foi tudo feito aqui no Rio de Janeiro.

Qual o maior avanço que o senhor pensa que os trabalhos da comissão contribuirão com a educação? O que o senhor destaca, ou seja, o ponto que pensa que realmente se destacou?

Eu acho que ficou bem claro que o Ministério da Educação tinha uma estrutura inadequada. Ficou bem claro. Ficou bem claro que o professor tinha um salário muito baixo. Ele não podia dedicar inteiramente. Ele realmente tinha que arrumar outra atividade para poder se sustentar. Isso ficou claro. E ficou claro, também, que era preciso melhorar a qualidade do ensino, que era preciso conter a politização das escolas. Essas coisas ficaram claras. E eu acho que daí por diante se procurou corrigir isso. Nenhuma dessas coisas é coisa que você corrija de um dia para outro.

Vocês conseguiram detectar as questões que os professores faziam muitos bicos...

... se o professor tiver um bom salário ele não precisa fazer bico. Se ele tiver um salário muito pequeno ele é obrigado a fazer o bico. Ele tem que se sustentar e sustentar a família.

Não seria justo ganhar mal e fazer tudo.

Não pode, exatamente.

Mas os estudantes (muitos deles) não queriam na verdade derrubar o governo?

Os estudantes e todo o movimento estudantil eram ligados ao movimento de esquerda. Ao movimento político de esquerda. Quem ia derrubar os governos não eram os estudantes. Era o movimento de esquerda.

Além desta questão das bolsas, como o senhor pensava ou pensa em relação a assistência estudantil, ou seja, o estudante deveria ter todas as condições....

...eu vou mostrar uma coisa para você entender. Você presta uma universidade qualquer privada. Nós já falamos da PUC. E vamos continuar a falar da PUC. Você pega a PUC. A PUC tem 1500 estudantes. E cada estudante em média tem uma mensalidade em média de R\$200,00 por mês. A PUC continuaria com 1500 estudantes e recebendo o correspondente a mensalidade de R\$200,00 por mês por estudante, só que os estudantes que não pudessem pagar seriam bolsistas.

Essa bolsa cobriria alimentação, moradia?

Não, cobriria só mensalidade. Você na PUC não tem alimentação. Você não pode... o estudante carente, como é que o estudante carente se alimenta? Ele tem lá o restaurante da universidade. Continuaria a mesma coisa. A bolsa cobriria isso.

E os alojamentos, as repúblicas da universidade?

Continuaria como é. Você sabe que tudo isso precisa ser melhorado. Esse negócio de república você conhece muito melhor do que eu, porque você conhece estas repúblicas estudantis de Ouro Preto, que eu não conheço. Isso aí poderia ser uma grande solução a ser expandida para outros lugares. Mas o estudante pobre ele é um lutador. Ele ia continuar a ser um lutador. Ele ia ter a bolsa. Com essa bolsa ele poderia ter uma alimentação lá dentro. Um almoço. Mas ele tem que morar e uma série de coisas. E tudo isso ele se viraria, como ele se vira hoje. O estudante trabalha meio dia ou trabalha a noite. Ou pega um bico aqui ou um bico ali. Isso cada um encontra um jeito, porque você não pode dentro do sistema sustentar estudante dando a ele moradia, roupa, saúde, alimentação. Não Pode.

Dentro do nosso sistema político você não admite isso. Você pode ter um serviço de assistência ao estudante, mas esse serviço ao estudante nunca cobre a sustentação completa de um estudante pobre.

Mas naquela época a universidade não fornecia tudo ao estudante?

Não dava, não dava nada. O estudante é que se virava por aí. A universidade quando muito dava era um almoço barato ou outra coisa. O estudante não tinha nada nesta época. Eu acho que hoje tem muito mais do que se tinha naquela época. Essa parte assistencial do estudante sempre foi muito fraca no Brasil. Sempre foi muito fraca. O estudante pobre no Brasil tem que se virar. Ou ele pega um curso a noite, trabalha de dia ou faz uma programação para que tenha meio dia para trabalhar, compreendeu? Ou ele pega um bico no jornal, um bico de repórter, mas sempre tolhido.

A assistência começou oficialmente em 1931 com Getúlio Vargas, quando a começou a destinar uma verba para as entidades estudantis para fazer essa manutenção.

Para a parte assistencial. Mas nunca é uma assistência completa. Nunca essa assistência cobre as necessidades básicas para uma pessoa viver. O que você precisa de básico para viver? Você precisa morar, você precisa se alimentar, você precisa se vestir, você precisar cobrir problemas de saúde. Nunca essa assistência foi completa.

Desde a primeira faculdade no Brasil se encontra esta dificuldade. Na Faculdade de Direito de São Paulo em 1828, quando a cidade tinha 10 mil habitantes, foram liberados alguns cubículos do mosteiro para que os estudantes se abrigassem, pois a cidade ainda era carente em moradia, ainda mais com a entrada de vários estudantes na cidade para habitar.

Eram “repúblicas”, vamos dizer.

Nas beiradas do mosteiro, embaixo, o que mostra que desde o início do ensino superior a dificuldade do estudante. Outra questão. Vocês entendiam que a universidade era uma universidade conservadora e arcaica? Ela não respondia a todas as mudanças que o governo estava propondo?

O que acontecia na realidade é que a universidade pública estava estacionada. Ela estava estacionada. A não ser uma ou outra. Ela estava estacionada e paralisada pelas greves... a

universidade privada de alguma forma procurava acompanhar, porque tinha a necessidade de sobrevivência. Se ela não tiver lucro ela fecha. Mas o problema de ensino, nós tivemos aqui. Alguns professores que estudaram a evolução no ensino e que prestaram contas. Aqui no Rio de Janeiro havia dois professores universitários, mas eu não me lembro o nome deles agora. Mas eles tiveram uma ação. Um deles presidiu o Conselho Federal de Educação. Todos os dois acompanhavam a evolução do ensino no mundo. Mas a parte universitária, por exemplo, nos anos 60, principalmente no ano 64, que foi um ano crítico, também na Europa. Foram grandes as crises na Europa também por efeito da politização que criou o mito da universidade livre, que eles tentaram. A universidade livre era a universidade em que você escolhia o seu currículo, era uma coisa que não tem sentido. Você não pode individualizar. Uma universidade precisa ter uma vida programática visando um fim. Você não pode chegar numa universidade e dizer que quero estudar aquilo e quero não estudar aquilo. Ou eu quero estudar aquilo outro e quero isso. Inclusive na França, houve movimentos estudantis violentíssimos com esse mito da universidade livre. O problema não resta dúvida: a universidade é uma seleção de uma elite intelectual. Nesta seleção de uma elite intelectual e para exercer atividades úteis a sociedade e ao país. Então, formar uma elite intelectual. A universidade visa criar uma elite intelectual de medicina, uma elite intelectual de direito, uma elite intelectual de engenharia, uma elite intelectual de comunicações. Agora, você só é elite através do estudo dos assuntos principais para o conhecimento deste ramo. Eu não posso ter uma universidade livre. Uma universidade livre que não chega a coisa nenhuma. Você vai ter um médico de uma universidade livre que estudou o que ele quis.

Ele precisa estar preparado para exercer uma atividade.

Mas esse mito existiu aí e teve adeptos por toda a parte. E também perturbou muito. Os anos 60 foram anos de muita perturbação do meio universitário do mundo.

E isto chamou muito a atenção do governo?

Exatamente.

Em relação à Comissão Meira Mattos, teve alguma vinculação com os trabalhos do professor Atcon e com o acordo MEC-USAID?

Não, não teve ligação. Mas se tomou conhecimento do que nestes relatórios havia de consenso e de lógico. E o que não havia de consenso. Quando você vai para uma comissão você procura estudar tudo o que existe a respeito. Você não pode ignorar o relatório Atcon. Você não pode ignorar. Você tem estudar o relatório e aprovar, aceitar ou rejeitar as partes. Mas você só pode estar preparado para dirigir uma comissão com isenção tomando conhecimento de tudo que há sobre o assunto.

Estudar tudo.

Exatamente.

Eu digo assim: houve trocas de dados?

Não houve trocas de dados. Nem estas comissões existiam mais. Eles fizeram o relatório e foram embora. Existiam os relatórios que eles deixaram.

Eu imaginava que existiram reuniões em conjunto...

Nada. Não existia. Eles já tinham desaparecido, desagregado.

A racionalização da estrutura universitária era fundamental para poder avançar no assunto?

Não há dúvida.

Não havia outro caminho? E isto permitia acalmar o meio estudantil?

Não há dúvida. Você sabe que o meio estudantil acabou se acalmando. E hoje está relativamente calmo. Está relativamente dedicado ao ensino, dedicado ao estudo. Porque você não pode transformar um grêmio estudantil em partido político. Partido político é

uma coisa, grêmio estudantil e outro. Você não pode misturar as coisas. A idéia de que o estudante tenha uma idéia política e uma participação política está certo. Mas que ele vá fazer isto no partido, mas não no grêmio. O grêmio é para ajudar a melhorar o ensino.

Agora, os estatutos da entidade estudantil tinham que passar pelo crivo dos órgãos do governo?

Tinha. Você sabe que na universidade o ensino era, muito mais... eu vou dizer que talvez o ensino fosse muito mais centralizado dentro da orientação do Ministério da Educação do que hoje. E aí as universidades foram pouco a pouco adquirindo autonomia. Mas como uma universidade não pode ter uma autonomia total e completa, se há de estabelecer um meio termo para ela ter uma autonomia. Mas ela tem que obedecer determinadas regras. Há um limite na autonomia delas.

Por isso é que houve críticas a estas comissões? Pensavam que seria uma interferência na autonomia?

Você sabe que estas críticas a estas comissões todas foram críticas oriundas principalmente do movimento político. Houve uma conotação política de condenação de tudo o que os governos fizessem, fosse qual governo, eles eram contra. Esses relatórios do Atcon. E qual o outro relatório?

O do acordo Mec-Usaid.

O Mec-Usaid. Isso tudo foi antes da revolução de 64.

O Atcon iniciou os trabalhos com Anísio Teixeira na época do Jango?

A agora, recorreu a um técnico de ensino; um especialista estrangeiro para fazer um estudo sobre o problema do ensino brasileiro, mas isso se faz todo dia e a todo o momento. Há uma comissão para estudar o problema do petróleo, para estudar o problema da universidade. Isso se tornou uma coisa altamente criticada por interesse político. Se você contratar um grupo de especialistas para estudar um assunto que interessa ao país não quer dizer que o governo está se entregando, nem que a soberania seja atingida. Você mandar estudar um assunto não fere soberania de coisa nenhuma. Todo o governo faz. Ainda estão fazendo.

Hoje tem o Banco Mundial que..

... olha aí. Você fazer um relatório, por exemplo, mandar estudar um problema da educação e contratar uma comissão de estudiosos estrangeiros não fere coisa nenhuma a soberania. Lá um dia eles vão fazer um relatório e qual o papel do relatório? Tem um papel informativo. Agora o momento político de agitação contra o governo transformou estes relatórios em objeto de muita crítica.

Um dos críticos, não dos relatórios, mas do governo em si, foi o professor Florestan Fernandes, como naquele livro dele *Universidade brasileira: Reforma ou revolução?*

Mas o Florestan Fernandes comandava movimentos de agitação de esquerda. E depois mudou de posição. Mas teve momentos que ele comandou este movimento. Teve uma influência.

E as críticas contra a violência física do governo aos estudantes?

Eu acho que não houve violência física. O que houve foi grupo de estudantes que partiu para a agressividade. Se você parte para a agressividade, o que o elemento de segurança faz? Ele se defende. Agora, o que acontece? O que acontece, como o elemento de segurança é geralmente melhor armado ele faz vítima. Então, você esta vendo em Israel e na Palestina: os palestinos jogam pedras, jogam paus, jogam o diabo nos elementos de

segurança de Israel. Aquele sujeito tem um momento que para não morrer de pauladas ou de pedradas ele tem que se defender. Ele não vai jogar pedras? Ele dá um tiro.

O que o senhor tem achado destes livros que tem saído como os do jornalista Elio Gaspari sobre Geisel, por exemplo? Como a admissão da tortura e outros pontos?

Eu vou dizer o seguinte: o presidente Geisel jamais admitia tortura. Ele não pode ser criticado. Ele sacrificou um comandante do Exército por suspeita de não estar controlando a tortura. Ele promoveu o processo de abertura e deu anistia a toda a essa gente que está no governo. Agora ele tem uma conversa. E dessa conversa uma pessoa diz: “bom, eles estão usando de muita violência”. Aí o outro diz: “tão violência, mas agora estamos reprimindo a violência”. Mas isso aí é uma conversa. A ação dele de governo contra a tortura e contra a violência política foi a maior que nós tivemos. Então, fica esta intriguinha sobre esta conversa que ninguém sabe ou não que aquela voz que esta na fita é realmente dele ou não.

Inclusive o senhor contestou? E o Jarbas Passarinho também, na *Folha de S. Paulo* há tempo atrás quando saiu aquele volume do livro do Elio Gaspari?

Exatamente.

A ONG Ternuma (Terrorismo Nunca Mais) tem defendido a posição dos militares contra as críticas contra a repressão feroz no país naquele período? O que pensa a esse respeito?

Eu não sei. Eu tenho a impressão do que acontece é o seguinte: no calor da posição defensiva, nunca ninguém praticou uma violência contra uma pessoa que estava quieta e tranqüila. Se houve violência, houve violência contra quem quis praticar a violência. Ou quem estava praticando a violência. O que acontece é que quem está por cima tem razão. E quem está por baixo não tem. Houve violência de lado a lado, porque de um lado havia as forças de repressão do governo. E do outro lado os grupos radicais que queriam a revolta armada. Os dois lados. Acontece que quem está no governo sempre tem mais força de propaganda e de condenação do outro. O que está acontecendo é isso. Agora, a culpa pela violência todos tem.

E o AI-5? O senhor pensa que foi necessário?

Olha, este problema político é um problema que eu não costumo comentar.

Qual a maior motivação do senhor para escrever? O senhor tem produzido muito desde 1951 com estudos e publicações. Isto tem algo de didático, também?

Eu acho que isto é uma coisa de inclinação, não é? Há pessoas que gostam de estudar e gostam de ler. E tem gente que gosta de escrever. Outros gostam só de discursar. Outros gostam só de conversar em grêmios e associações. Isto é uma questão vocacional.

O senhor sempre leu muito?

Eu sempre li muito e gosto de escrever. Tem muita gente que lê muito e tem cultura e não gosta de escrever. Isto é muito pessoal.

E a vocação para a vida militar? Teve alguma influência da família ou foi natural?

Foi natural. Eu como estudante secundarista participei da Revolução de 1932. Fui soldado, recebi armas e fui para o *front*. E aí eu percebi que a minha carreira devia ser a carreira militar. Aí eu fiz exame para a Escola Militar do Realengo, e aí começou. E se eu tivesse que começar tudo de novo começaria tudo de novo. Eu participei da II Guerra Mundial. Combati na Itália. Eu tive sob meu comando uma tropa de Infantaria em São João Del Rei.

Uma das editoras que o publicou comentou em uma nota dos livros que a partir da década de 1960 o senhor passou a escrever mais sobre o futuro do Brasil do que o passado do Brasil. Teria um motivo?

Como até hoje eu escrevo. Eu gosto muito de analisar as perspectivas do futuro. E no último artigo que eu fiz para a *Folha de S. Paulo* foi sobre as perspectivas e a estratégia mundial no futuro. Eu gosto muito mais de prospectiva. Mas ainda bem que você é de história. E você está levando aí um artigo sobre um centenário. Mas eu gosto muito de fazer a prospectiva, a avaliação do futuro do Brasil, sobre petróleo, a necessidade de energia, compreendeu? O Brasil é um país que tem uma expectativa de futuro extraordinária. O Brasil tem tudo para ser o maior país do mundo. Não é pelo mau desempenho político. Tem um dos maiores territórios, tem um dos territórios mais ricos, compreendeu? Agora o desempenho político é sempre muito fraco. A administração é sempre fraca. Não se dá continuidade a projetos. Não se dá continuidade a planos. Cada governo quer começar tudo de novo.

A Escola Superior de Guerra teve um papel grande na formação de civis e militares?

A finalidade da Escola é preparar uma elite nacional militar e civil para acompanhar os problemas da alta política e da alta estratégia. Nós temos que ter uma elite política. E esta elite política é formada de civis e militares capazes de acompanhar os problemas da alta política e da alta estratégia no mundo e no Brasil. A Escola Superior de Guerra é a única escola que reúne elites políticas e elites militares num mesmo programa. O lema da Escola é: “aqui se pensa no Brasil”. É o lema da Escola.

Um dos grupos que estavam mais preparados para exercer a política naquele momento eram os militares?

Nós sempre tivemos, como você sabe, nós sempre tivemos pessoas com uma visão política bastante avançada. O homem que teve uma visão política maior, no passado, que teve uma visão do futuro no Brasil foi José Bonifácio. José Bonifácio escreveu em 1821, antes da independência, uma instrução aos deputados paulistas que deveriam representar a colônia de São Paulo nas cortes de Lisboa. E ele escreveu como deveria ser o Brasil nação. Uma coisa extraordinária. Ele tinha uma visão política, geopolítica. Mas nos anos de 1920 e 1930 nós tivemos dois grandes pensadores: Alberto Torres e Oliveira Vianna. Se você pegar o pensamento de Alberto Torres e Oliveira Vianna até hoje é válido. Eles pensaram sobre o Brasil e sobre a possibilidade do Brasil. E como o Brasil poderia chegar a transformar este potencial de poder em poder.

Num dos seus livros, escreveu que todo grupo aspira possuir poder a fim de alcançar os objetivos que almeja. Os militares faziam parte deste grupo a partir do momento em que houve toda aquela instabilidade do governo Jango? E provocou o movimento de 64? O descrédito dos civis no governo e a credibilidade dos militares ajudou o movimento?

Em 64 houve um movimento civil-militar. É preciso não esquecer. A história registra isto muito bem. Pode pegar os jornais da época que você vai ver que o movimento de 64 foi precedido de grandes mobilizações civis contra o governo. E houve mobilização: marcha dos 100 mil, marcha de 50 mil em São Paulo, em Belo Horizonte e no Rio de Janeiro. Agora, os militares associados a civis e em face do descontentamento geral contra o governo. Havia um descontentamento geral e uma desconfiança geral. O governo partia e se inclinava para transformar o Brasil numa ditadura sindicalista que ele mesmo dizia. E isto assustou o mundo civil e houve a revolução de 64. Tendo havido a revolução de 64, os militares talvez por serem o grupo mais organizado conduziram o poder.

Os militares também estavam descontentes com as interferências do governo nos assuntos militares?

Não havia uma coisa particular. Era uma ameaça que o governo representava contra as instituições em vigor. As instituições democráticas. Antes de 64 quem interpretou bem o momento foi o general Castelo Branco num documento que ele fez para o Estado Maior do Exército. Ele interpretou bem o que estava havendo. A ameaça de subversão da ordem constitucional, da ordem legal, tanto que chamam a revolução de contra-revolução, pois já

estava em curso a revolução. E o Prestes aconselhou os líderes de esquerda que apoiavam João Goulart a não acelerar o processo, porque a revolução comunista sindicalista já estava em marcha. Era só esperar um pouquinho. Está escrito.

O lema dos “revolucionários” era o de transformar o Brasil numa grande nação. Na opinião de muitos militares próximo ao senhor, o Brasil tinha um potencial que estava abandonado?

O Brasil é um país que possui uma das maiores extensões territoriais do mundo. Tem em seu território todos os recursos que você possa pensar. Recursos minerais etc. Tem uma população que precisa de uma melhor educação, mas é uma população ativa, que gosta de progredir e gosta de trabalhar e tem uma visão de progresso. Só a administração dos governos tem falhado. O que tem falhado no Brasil é o desempenho administrativo dos governos. Nós temos o mesmo território dos EUA, temos as mesmas riquezas dos Estados Unidos, agora não conseguimos ter uma continuidade de administração no sentido de resolver a sua capacidade. Cada governo que chega quer começar de novo. É um problema de ordem psicológica, também.

A Geopolítica trata destes assuntos?

A geopolítica brasileira deu a luz e aos poucos os governos estão chegando, estão fazendo. Todos os geopolíticos brasileiros tinham falado que era preciso interiorizar a capital. Então interiorizaram. É preciso interiorizar a capital porque é preciso desenvolver o interior. E você interiorizando a capital você acelera o desenvolvimento do interior. Realmente foi a capital, e da capital saiu a estrada Belém-Brasília. E foi a primeira vez que se chegou a Amazônia por terra. Depois saiu a estrada Brasília-Cuiabá-Porto Velho-Manaus e Rio Branco no Acre. Se você não tivesse mudado a capital este desenvolvimento não se aceleraria. Então, enquanto os Estados Unidos conseguiram desenvolver todo o seu interior, nós ainda temos que desenvolver o interior. A revolução e os líderes da revolução tinham uma verdadeira paixão pelo desenvolvimento, porque a única maneira do Brasil crescer é o desenvolvimento. E o grande passo de desenvolvimento que o Brasil deu foi na década de 1960. Na década de 1970 o Brasil passou de 47^o na economia mundial para 8^o. Uma coisa bárbara. Nós chegamos a ter um crescimento ao longo dos anos de 9 a 10%, na média foi de 7 a 8%. O Brasil está fazendo muita força para ter um crescimento de 1%.

Qual a relação entre desenvolvimento e educação. O que é importante nesta relação para o governo naquela época?

Era importantíssimo. Era importantíssimo pelo seguinte: você para desenvolver você precisa de grandes especialistas no assunto na coisa que você vai desenvolver, você precisa de um quadro de técnicos sobre o assunto. Os grandes especialistas estão na direção e o técnico é que executa. E tudo isto é produzido pela educação, e você, por exemplo, não vai explorar no centro da África num ambiente totalmente atrasado. Não tem gente nenhuma, mesmo que queira desenvolver não tem ninguém que entenda do assunto. O Brasil deu um salto enorme no tempo da revolução na produção de energia. Nós possuímos grandes hidrelétricas, as maiores hidrelétricas, inclusive a maior do mundo. E os técnicos nossos? Nós chegamos e formamos uma equipe de engenheiros especializados em hidroelétricas e que nos foram capazes de dar muita energia. Parou o Programa e que quase ficamos no escuro aí? O projeto idealizado pelo doutor Aureliano não foi levado adiante? Paralisaram o projeto de desenvolvimento da energia. O doutor Aureliano deixou um projeto completo, perfeito. Se você não tiver energia hoje você não tem nada mais. Para todos os computadores. A sociedade está subordinada ao computador. Todo o movimento bancário, comercial e político estão na base do computador, de eletricidade e de telefone.